



## O USO DE TDIC NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR

THE USE OF TDIC IN THE PROCESS OF CONSTRUCTING LEARNING OF THE DEAF STUDENT IN HIGHER EDUCATION

**Suellen Teixeira Nascimento** - Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PROPED – UERJ). E-mail: suellentn@yahoo.com.br

**Grupo Temático 1. Ensino e aprendizagem por meio de/para o uso de TDIC**

**Subgrupo 1.1. Aprender por meio das diferentes tecnologias – da educação básica à pós-graduação**

### **Resumo:**

A Educação Especial caracteriza-se com uma modalidade de ensino que deve ser oferecida em todos os níveis da educação, conforme a Lei nº 9.394 de 1996 de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que garante a oferta da Educação Especial, preferencialmente na rede regular, desde a Educação Infantil em idade de zero a seis anos até a educação superior. A educação do aluno surdo deve ser contemplada com os recursos educacionais especializados de que necessitar para seu desempenho escolar. No tocante ao Ensino Superior, este trabalho se dedica a evidenciar a importância do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação - TDIC no processo de aprendizagem do aluno surdo e na sua interação com os demais sujeitos do contexto universitário. Utilizaremos como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica de autores que dialogam com a temática proposta e a análise da legislação concernente a questão discutida. O estudo aponta como resultado que a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior já é uma realidade, todavia, se faz necessário um conhecimento mais detalhado acerca do perfil desse alunado de forma a promover ações que valorizem e respeitem a diversidade, garantindo assim a permanência dos alunos na universidade e o término do curso.

**Palavras-chave:** Inclusão, ensino superior, surdos, TDIC.

### **Abstract:**

Special Education is characterized by a form of education that must be offered at all levels of education, in accordance with Law No. 9,394 of 1996 of National Education Guidelines and Bases, which guarantees a Special Education offer, preferably in the regular network, from early childhood education from zero to six years old to higher education. The education of deaf students must be provided with the specialized educational resources necessary for their academic performance. With regard to Higher Education, this work is dedicated to highlighting the importance of using digital information and communication technologies - TDIC in the learning process of deaf students and in their interaction with other subjects in the university context. Use as a methodological approach a bibliographic search of authors who dialogue with a thematic proposal and an analysis of the legislation related to the issues discussed. The study indicates how the result of including students with disabilities in Higher Education is already a reality, however, if necessary a more detailed knowledge about the profile of



*this student in order to promote actions that value and respect diversity, thus being permanent for students at the university and the end of the course.*

**Keywords:** Inclusion, higher education, deaf people, TDIC.

## 1. Introdução

A política de Educação Inclusiva exige das instituições ações que vão além da disponibilidade de vagas. Rodrigues (2006, p.2) conceitua que a inclusão no âmbito da educação:

implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sócio cultural sem discriminação.

Dados oficiais do MEC revelam um aumento significativo de matrículas na Educação Especial e dentre eles, de alunos surdos na escola regular e na educação superior. A maior presença de estudantes surdos em contextos universitários é recente e decorre de diversos fatores, entre os quais: o reconhecimento, a partir de meados da década de 1990, do status de língua para a língua brasileira de sinais - Libras; o desenvolvimento de propostas de educação bilíngue de qualidade para surdos e a regulamentação da profissão de Tradutor/Intérprete, que aos poucos, vêm aumentando o acesso e a participação ativa de pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais.

A introdução do uso de TDIC nas salas de aula proporcionou importantes inovações no meio educacional. Além de contribuir com o aumento da interação dos alunos surdos e ouvintes, expandiu as possibilidades de aprendizagem.

Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) a Tecnologia Assistiva é:

(...) uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

Compreende-se, assim, que os recursos e serviços tecnológicos proporcionam qualidade de vida aos usuários no seu cotidiano em ações como locomoção, mobilidade, comunicação ampliada e, por conseguinte, a inclusão escolar de estudantes.

No Brasil, diversas políticas públicas têm sido implementadas para a inserção do aluno surdo e valorização de sua condição linguística no espaço educacional. A adoção de Libras como língua materna e o uso do português como segunda língua no currículo escolar, foi de suma importância para que as necessidades educacionais do aluno surdo fossem



contempladas. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esse alunado seja plenamente atendido em suas especificidades no âmbito escolar.

Brito, Quirino e Porto (2013), destacam que não são suficientes apenas leis, decretos, portarias e resoluções para que se efetive a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Reforçam a necessidade de que se desenvolvam, desde a educação infantil, políticas de inclusão como cursos, palestras e recursos pedagógicos para o fortalecimento de práticas inclusivas para todos os envolvidos.

Moreira (2005) afirma que mesmo com todas as políticas voltadas a este público, as universidades devem assegurar o direito à educação e à igualdade de oportunidade àqueles discentes que de certa forma não fazem parte do contexto padronizado de alunado, entre eles os graduandos com deficiência.

Diante disso, neste estudo, abordaremos a inserção de alunos com deficiência no Ensino Superior, com ênfase nos sujeitos surdos e com deficiência auditiva, além da importância do uso de TDIC como método eficaz para sua permanência, relações com seus pares e desempenho acadêmico no contexto universitário.

A abordagem metodológica de tal análise se configurou em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Treinta *et al* (2014, p. 2) “busca o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele”. Partindo desse princípio, analisaram-se fontes de estudo como livros, artigos, periódicos e legislações acerca da inclusão no ensino superior e atendimento aos alunos com deficiência.

## 2. A Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior

Muito se discute no cenário atual sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O movimento mundial, órgãos do governo, organizações não-governamentais, grupos de pessoas com deficiência, dentre outros, têm defendido o direito a essa educação. Todavia, as políticas educacionais têm encontrado como impedimento o processo de exclusão de direitos ou “inclusão marginal” entendida “como o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável marginal” (MARTINS, 1997, p. 26).

De acordo com Diniz (2007), o conceito de deficiência estaria na relação imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos, a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais. O modelo social da deficiência, no entanto, ofereceu novos instrumentos para transformação social e garantia de direitos, permitindo o deslocamento dos espaços domésticos para a vida pública, dentre eles a Universidade.

O Decreto nº 3.298/99 (BRASIL, 1999), que regulamenta a Lei nº 7.853/89 (BRASIL, 1989), ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. A Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) assegura o direito à educação especial e prevê o atendimento educacional especializado com recursos específicos dos quais o aluno com deficiência necessite.

A inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior levanta uma série de questões acerca dos procedimentos adotados pelas universidades a fim de que esse espaço viabilize não apenas o ingresso, mas a permanência e condições adequadas de ensino a estes estudantes. Essas questões abrangem, dentre outros, a oferta de serviços e recursos de acessibilidade arquitetônica, pedagógicas, de materiais didáticos, tecnologia assistiva, de informação, comunicação e atendimento especializado desde o processo de seleção até o desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão conforme determinação da Lei Brasileira de Inclusão - LDI, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2019), no Brasil, em 2018, as matrículas de alunos com deficiência no Ensino Superior aumentaram aproximadamente 112% em relação ao total de matriculados em 2009 que era de 20.530 estudantes, conforme quadro abaixo:

**Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2009-2018**

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2009	20.530	0,34%
2010	19.869	0,31%
2011	22.455	0,33%
2012	26.663	0,38%
2013	29.221	0,40%
2014	33.475	0,43%
2015	37.986	0,47%
2016	35.891	0,45%
2017	38.272	0,46%
2018	43.633	0,52%

Gráfico 1. Número de matrículas de alunos com deficiência no Ensino Superior

Fonte: MEC/Inep: Censo da Educação Superior 2018

Cabral (2017) destaca o advento do ensino à distância, as políticas governamentais de financiamentos e a reserva de vagas como fatores que contribuem para o crescimento no número das matrículas deste público. Entretanto, mesmo com esse aumento, constata-se que a maioria das pessoas com deficiência ainda está excluída desse nível de ensino. O número de ingressos em 2018 equivale a 0,52% do total de estudantes no ensino superior no Brasil (INEP, 2019).

Segundo Cabral, Santos e Mendes (2018), além das dificuldades de passar pelos excludentes processos seletivos de ingresso às universidades, a possível defasagem educacional no âmbito da educação básica e as situações de evasão escolar, podem ser apontados como fatores que colaboram para o ainda insipiente número de alunos com deficiência no Ensino Superior.

Um estudo feito em conjunto com Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda, revela a existência, no Brasil, de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Desse total, 2,3 milhões têm deficiência severa. Nove por cento das pessoas com deficiência auditiva nasceram com essa condição, entre os que apresentaram deficiência auditiva severa, 15% já nasceram surdos.

Sobre a presença desse público na universidade, dados do Censo da Educação Superior de 2018 (BRASIL, 2018) apontam um total de 8.345 alunos surdos, com deficiência auditiva ou surdos-cegos matriculados nas instituições de educação superior do país, conforme mostra o gráfico abaixo:

**Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência – Brasil 2018**

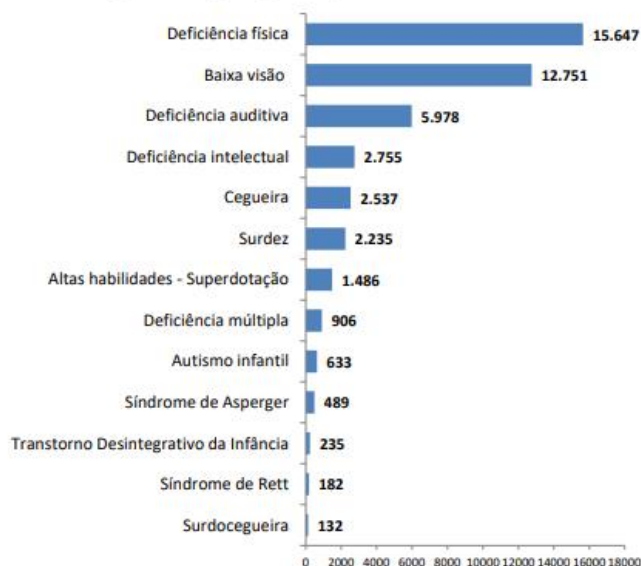


Gráfico 2. Número de matrículas no Ensino Superior por tipo de deficiência  
 Fonte: MEC/Inep: Censo da Educação Superior 2018

Segundo dados de 2011 do mesmo Censo (BRASIL, 2011), o número era de 5.065 com deficiência auditiva, 2.067 surdos e 211 com surdo-cegueira, somando 7.343 alunos. Em um período de sete anos, apenas 1002 pessoas surdas ou com deficiência auditiva ingressaram na universidade. Aos que são parte do seleto número de alunos com deficiência no ensino superior, se fazem necessárias condições para permanência e conclusão de seus estudos. Nesse sentido o uso das TDIC é um importante aliado para a efetivação da inclusão desses estudantes.

### 3. O uso de TDIC como possibilidade para inclusão e aprendizagem do aluno surdo

Comunicar faz parte da nossa rotina, e seguindo os avanços da humanidade, a comunicação tem se transformado, se desenvolvido e evoluído. Segundo Santaella (2012) a comunicação ocorre por meio de sons, gestos, sinais, tato, olhar, tocar, sentir (...). No que se refere aos sujeitos surdos ou com deficiência auditiva, as tecnologias digitais de informação e comunicação são parte dos importantes facilitadores nos relacionamentos interpessoais e no processo educacional da pessoa com deficiência.

O decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004) no Art. 24 aponta que “os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão



condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência”. Ou seja, é responsabilidade e obrigação das Instituições de Ensino Superior – IES disponibilizar aos alunos com deficiência as tecnologias assistivas necessárias para auxiliá-los em suas atividades universitárias.

São diversos os tipos de softwares que assistem o aluno surdo, usuário de Libras no cotidiano da universidade, como os que traduzem os textos escritos e áudios para Libras. Esses softwares podem ser acessados em páginas *web* e também em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Esses ambientes são sistemas disponíveis na internet, destinados a oferecer suportes em atividades que utilizem as tecnologias de informação e comunicação como mediadoras da aprendizagem. Amorin, Souza e Gomes (2016) destacam que a adaptação desses recursos utilizando-se a interação adequada para o sujeito surdo pode reduzir as barreiras de acesso ao conhecimento.

Observa-se, no entanto, que o uso desses materiais e tecnologias não é predominante no contexto universitário. Segundo Santos e Dantas (2017) isso pode ocorrer devido à falta de conhecimento por parte dos agentes de educação, e até mesmo da comunidade surda acerca das ferramentas e aplicativos disponíveis.

Isto nos leva a refletir que para a inclusão que almejamos ocorra é necessário o reconhecimento de outras identidades. Nas instituições de ensino há uma valorização do ouvir e, neste caso, a representatividade da identidade surda fica pouco evidente. Soares; Lacerda (2014, p. 145) apontam que “a constituição dos sujeitos surdos poderá fluir a partir das relações surdo-surdo, surdo-ouvinte, quando possibilidades incluam a condição cultural de pessoa surda”. Entendemos, portanto, que o movimento de conhecimento dos códigos dos ouvintes por parte dos surdos deve ocorrer também por parte dos ouvintes em relação ao estudante surdo.

Faz-se fundamental que as instituições de ensino manifestem apoio ao estudante com deficiência, promovendo discussão entre a gestão, o corpo docente e os estudantes e implementando ações que visem a qualificação e inclusão desses alunos. O acesso ao conhecimento não ocorre apenas de forma singular, ou seja, nas estratégias de fornecer ao aluno o acesso aos conteúdos, mas também por meio das trocas e de sua efetiva participação no ambiente educacional.

É importante ressaltar que a utilização de materiais didáticos e pedagógicos que atendam aos alunos surdos, é fundamental para a construção de um currículo significativo e de experiências em sala de aula que favorecem a integração e obtenção de conhecimento. É de suma importância que as instituições se empenhem em proporcionar os recursos tecnológicos para o progresso acadêmico, social e inclusivo desses estudantes. O desenvolvimento das interações sociais contribui para uma prática educacional inclusiva em um ambiente de aceitação social dos estudantes (BRITO, QUIRINO e PORTO, 2013).

Foster, Long e Snell (1999) realizaram um estudo sobre a vivência de alunos surdos no Ensino Superior em contextos de inclusão. A análise revela que, embora a comunicação em sala de aula e a aprendizagem sejam semelhantes aos dos colegas ouvintes, os estudantes surdos não se sentem totalmente integrados a vida universitária. O estudo demonstra ainda que muitos docentes não fazem as adaptações necessárias às especificidades dos alunos surdos.

Nesse sentido, Santos e Dantas (2017) inferem que se as relações do aluno surdo fossem viabilizadas por ações que promovam a inclusão na universidade, envolvendo todos nesse processo, esse alunado seria estimulado a dar continuidade aos estudos e que barreiras comunicacionais e pedagógicas seriam eliminadas.

Quando se analisam as estatísticas de evasão escolar sob a proposta da Educação Inclusiva, Glat (2011, p. 2) destaca que:

[...] fica evidente que o fracasso escolar não é simplesmente uma consequência de deficiências ou problemas intrínsecos dos alunos, mas sim resultante de variáveis inerentes ao próprio sistema escolar. Entre estas pode-se citar: metodologias de ensino inadequadas, professores mal preparados, currículos fechados que ignoram as diversidades socioeconômicas e culturais da população ou região onde a escola está inserida, ou então que são defasados em relação ao desenvolvimento tecnológico e de informação, alienado dos interesses dos alunos, entre outros aspectos.

Percebe-se, desta forma, que o preparo da instituição para receber os alunos público alvo da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva, pode ser determinante na continuação ou não de seus estudos. Dados do Censo 2011 (BRASIL, 2011)<sup>1</sup>, mostram que do total de 30.420 cursos de graduação declarados ao Censo 2011, 24.560 (ou 87%) ofertavam condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, como mostrado abaixo:

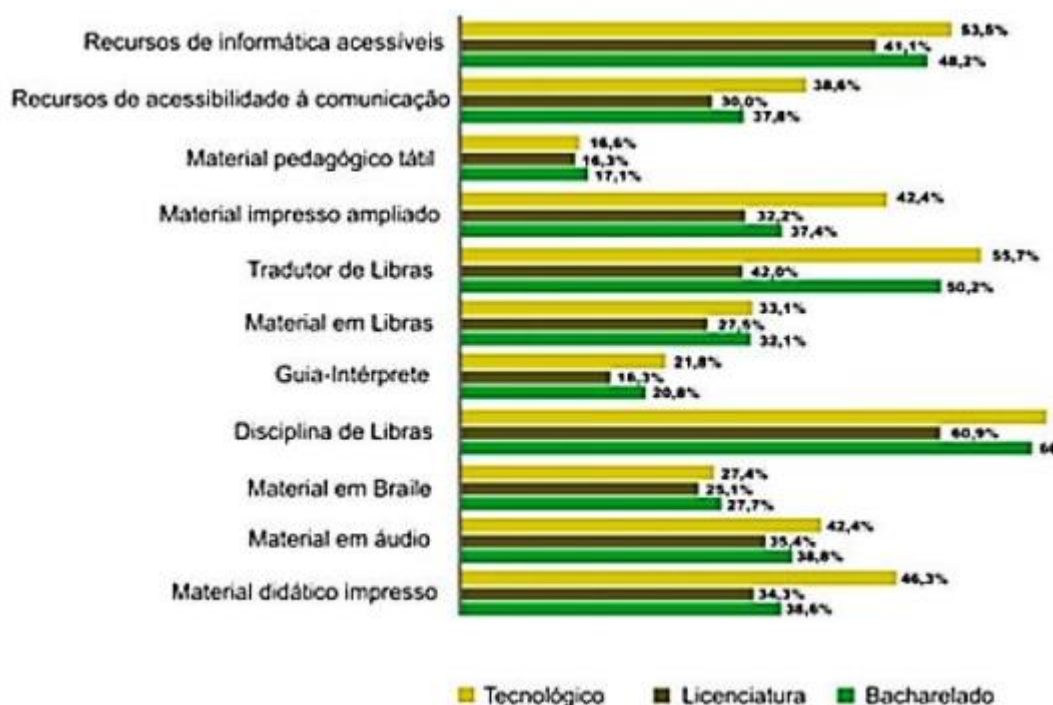


Gráfico 3. Percentual de Cursos de Graduação (Presencial e a Distância) com Condições de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência, segundo Grau Acadêmico, por Tipo de Tecnologia Assistiva.

Fonte: MEC/Inep: Censo da Educação Superior 2011

<sup>1</sup> Censo do MEC/INEP mais recente a apresentar levantamento sobre as condições de acessibilidades nas IES.



Tendo em vista os tipos de tecnologia assistiva disponíveis, nota-se que os cursos tecnológicos, em seu conjunto, encontram-se melhor preparados, comparados aos bacharelados e às licenciaturas. Todavia espera-se que os recursos sejam disponibilizados pelas IES em sua totalidade para que todo discente com deficiência seja plenamente atendido.

#### 4. Considerações finais

Tendo por base a análise das bibliografias trazidas para a discussão do tema, é possível compreender que os recursos tecnológicos viabilizam possibilidades de participação e aprendizagem aos acadêmicos com deficiência. Permitem ainda, que ocupem com excelência, o lugar que muitas vezes lhes foram negados ou dificultados por suas condições.

Resultados divulgados pelo IBGE, do Censo 2019 (BRASIL, 2019), apontam que 6,7% da população brasileira, cerca de 14 milhões de pessoas, possuem alguma deficiência. No campo da tecnologia assistiva estes números revelam a grande demanda existente no sentido de se fomentar ações de desenvolvimento e oferta destes recursos que são essenciais à promoção da inclusão das pessoas com deficiência, no que se refere à educação, ingresso no mercado trabalho e em sociedade.

As tecnologias digitais de informação e comunicação contribuem para a inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior, promovendo o progresso de sua autonomia, aprendizagem e interação com os demais sujeitos do contexto universitário. O uso de tais recursos deve, no entanto, ser pautado nas necessidades de cada estudante, visando estimular suas potencialidades, e assim, promover ações e recursos que valorizem e respeitem a diversidade garantindo a permanência dos alunos na universidade e o término do curso.

É preciso compreender, portanto, que a inclusão escolar e, por conseguinte, a inclusão social de sujeitos com deficiência é um processo que necessita estar em debate continuamente para que o objetivo de diminuir as desigualdades seja alcançado.

#### 5. Referências

AMORIM, Marcelo Lúcio Correia de; SOUZA, Fernando Fonseca. de; GOMES, Alex Sandro. **Educação a distância para surdos: acessibilidade de plataformas virtuais de aprendizagem.** 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.626.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2005.





BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 03 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 04 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 5 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde. Brasília, 1989. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em 04 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Microdados do Censo do Ensino Superior.** Brasília: Inep, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata da 7ª Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas.** Brasília, 2007. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata\\_VII\\_Reuni%C3%A3o\\_do\\_Comite\\_de\\_Ajudas\\_T%C3%A9cnicas.doc](http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.doc). Acesso em 07 jun. 2020.

BRITO, Angélica Elisabete Costa Arcanjo; QUIRINO, Danielle Lobo da Cunha e PORTO, Lívia Carolina de Medeiros. Educação especial e inclusiva no ensino superior. **Revista Educação,** Londrina, v. 16, n. 20-21, p. 14-20. 2013.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação PUC-Campinas,** v. 22, n.3, p. 371-388, 2017.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; SANTOS, Vivian e MENDES, Enicéia Gonçalves. Educação especial na educação superior: podemos falar em democratização do acesso? **Revista Educação e Fronteiras On-Line,** v. 8, n. 23, p. 111-126, 2018.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FOSTER, Susan; LONG, Gary; SNELL, Karen. Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education,** Oxford, v.4, n.3, p.225-235, Summer, 1999.

FREITAS, L.C. **A internalização da exclusão.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 301-327, out. 2002.

GANDRA, Alana. **País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo.** Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 04 jun. 2020.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).

**Censo da Educação Superior:** microdados. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 08 jun. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).

**Censo da Educação Superior:** microdados. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf). Acesso em: 08 jun. 2020.

GLAT, R. Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. In; LONGHINI, M. D. (Org.). **O uno e o diverso na Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2011, p. 75-92.

MOREIRA, Laura Cereetta. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, n. 25, p. 37-48, Santa Maria: 2005.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: *Summus*, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos: 103).

SANTOS, Pricila Kohls Dos; DANTAS, Nozângela Maria Rolim. Tecnologias assistivas e a inclusão do estudante surdo na educação superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n.3, p. 494-514, 2017.

SOARES, Fabiana Martins Rodrigues; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2014.

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT'ANNA, Annibal Parracho; RABELO, Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014.